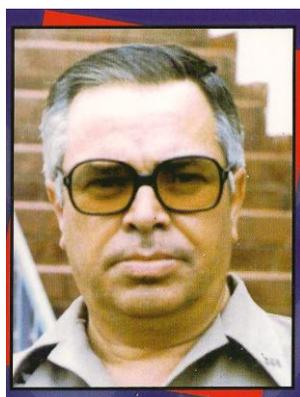


<p style="text-align: center;">FAHIMTB</p>  <p style="text-align: center;">AHIMTB/RS</p>	<h1>O TUIUTI</h1>	
<p>ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)</p> <p>- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA - E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL</p>		
<p>520 ANOS DA DESCOBERTA DA AMÉRICA</p>		
<p>Ano 2012</p>	<p>AGOSTO</p>	<p>Nº 25</p>

UM SIGNIFICADO DA GUERRA DE CANUDOS PARA AS FORÇAS TERRESTRES



Cel Cláudio Moreira Bento

Presidente da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), da AHIMRB/Resende e do IHTRGS

Em 1997 transcorreu o centenário da Guerra de Canudos no sertão baiano. Confronto fratricida que levou a morte e o luto a centenas de irmãos brasileiros, sertanejos e soldados do Exército e de 11 Polícias Militares. A apuração da responsabilidade moral e política por esta tragédia grega brasileira, espera-se fique mais clara nos estudos que se fizeram em 1997 para ser apurada por uma espécie de Tribunal da História, como uma amarga e inesquecível lição retirada do episódio. Este foi um problema social como outros que poderão se apresentar na trajetória brasileira e que merecem tratamento e respostas politicamente adequadas que Canudos não deu, com oportunidade, prevenindo assim a tragédia.

Como soldado e historiador militar, assim vemos o episódio Canudos, e de como ele serviu de estopim para uma reação de parte de oficiais do Exército, veteranos ou filhos de veteranos da Guerra do Paraguai, para promoverem a Reforma Militar (1898-1945) que modernizou o Exército e o livrou do equivocado sistema de Ensino do período 1873-1905, o qual fora potencializado pelo Regulamento de Ensino de 1890, baixado na melhor das intenções pelo Ministro da Guerra Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Segundo se conclui de Edmundo Campos Coelho no livro ***Em busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*** (Rio: Forense-Universitária, 1976) o Exército, a partir de 1831, foi alvo de uma Política de Erradicação que ao longo dos tempos apresentou nuances variadas e por vezes sutis. E a partir de então teve de concorrer com a Guarda Nacional, que se revelou incapaz de promover a Segurança Nacional (a não ser no Sul) até a Guerra do Paraguai, tornando-se instrumento político e anti-exército, conforme se conclui de Jeanne Berrance de Castro em ***A Milícia cidadã — A Guarda Nacional (1831/50)*** (In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo, DIFEL, 1974. t. 2, v. 4, p. 177-186).

Finda a Guerra do Paraguai em 1870 o espírito erradicador para o fim do Exército ressurgiu forte. Para neutralizá-lo foi implementada a seguinte idéia traduzida no **Regulamento de Ensino de 1873**: formar oficiais doutores no Exército para ajudar a desenvolver o Brasil e, por outro lado, valorizar socialmente o oficial com o título de Doutor, para que pudesse concorrer em casamentos, como bom partido, com advogados, médicos, filhos de industriais, comerciantes e de fazendeiros até então preferidos para casamento. E a razão!?

Desde a Independência, para consolidar a integridade, soberania e unidade do Brasil, os oficiais viveram mais combatendo, de 1822/70, em lutas internas e externas. Assim, para casamento, representavam viuvez e orfandade potenciais, sem cobertura previdenciária compatível. Os doutores passaram a ostentar, antes do posto, o título de doutor e muitas vezes omitindo o posto, ou até se aborrecendo quando tratados por ele. Os que viviam na tropa dedicados à atividade-fim, a Segurança da Pátria, eram tratados de **tarimbeiros**, não sem desdém e com status social inferior. Os doutores ou bacharéis teriam a seu cargo a elaboração da Doutrina do Exército através da Congregação da Escola Militar da Praia Vermelha dominada pelos bacharéis, tarefa da qual, em realidade, descuraram.

Este sistema de ensino detonou a desprofissionalização do Exército, fazendo-o, segundo o consenso de analistas da época e líderes da Reforma Militar, a cair a níveis de operacionalidade inferiores aos da Guerra do Paraguai. O progresso hierárquico era conquistado à base de cursos que deram origens aos bacharéis do Exército, muito versados em Ciências Físicas e Matemáticas e pouco ou quase nada em Arte e Ciência Militar. O complicador foi o Positivismo, agnóstico e mal digerido, introduzido através da cadeira de Sociologia, na Escola Militar, ocasionando na Praia Vermelha o fato de seus alunos desprezarem e rirem dos veteranos do Paraguai, estes desfilaro garbosos, com o peito coberto de condecorações, conforme depoimento do General Tasso Fragoso na introdução de seu clássico **A Batalha do Passo do Rosário**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1922, que merece ser lido e relido pelos oficiais do Exército de hoje e do futuro pelas valiosas lições que encerra.

Um general que fizera carreira bem-sucedida como professor de Geometria Descritiva na Praia Vermelha teve desempenho militar deplorável ao ser enviado para o Paraná para conter o avanço federalista. Acusado de covardia, foi processado e condenado à morte, da qual escapou por empenho de seus ex-alunos. Na escola, não conseguia impor-se disciplinarmente aos seus alunos conforme depoimento de seu adjunto.

Foi um Exército então dominado pelo bacharelismo que teve de improvisar a incorporação de centenas de alferes recrutados no meio civil para completar os seus quadros para enfrentar a Guerra Civil 1893/95 na Região Sul, a Revolta na Armada (1895) e a Guerra de Canudos em 1897, apresentando por vezes operacionalidade inferior aos revolucionários e revoltosos, além de possuir, no Sul, o seu espírito dividido, por muitos de seus oficiais, por desinformação, se incorporarem aos revolucionários e revoltosos. Os bacharéis, salvo honrosas exceções, estiveram ausentes dos confrontos. Foram alguns oficiais tarimbeiros, que sempre se dedicaram à instrução da tropa, que iriam liderar em campanha o Exército. E dentre os mais assinalados — os Coronéis Artur Oscar, Cláudio Savaget, Carlos Telles, João César Sampaio, Thompson Flores, Tupi Caldas, Augusto Julião Serra Martins e o paulista de Pindamonhangaba, Moreira César, que está a clamar um julgamento sereno e isento por um Tribunal de História que piore ou melhore a sua imagem, conforme postula um trineto seu. Ele tem servido em parte, como um bode expiatório da culpa do massacre de Canudos que paira no inconsciente coletivo da Sociedade Civil da época que ordenou: **Delenda est Canudos!**

Durante o combate da Ponta da Armação, combatendo a Revolta na Armada, o Capitão Tasso Fragoso foi ferido gravemente quando comandava uma peça de Artilharia. Por ocasião da Guerra de Canudos, ele encontrava-se em missão na Europa aproveitando, inclusive, para corrigir sequela deixada por ferimento recebido. Lá, constatou o enorme fosso operacional entre os exércitos europeus e, em especial o prussiano, relativamente à estagnação doutrinária do nosso. De lá escreveu históricos artigos na **Revista do Brasil** sobre a necessidade de o Exército Brasileiro dispor de um Estado-Maior e de como era formado um oficial alemão, conforme abordamos ao biografá-lo em **A Defesa Nacional** n° 750, out./dez., 1990.

Seus artigos repercutiram muito no Exército onde era muito acatado e admirado. Pensamos que os artigos ajudaram a detonar a Reforma Militar 1898-1945, liderada por oficiais veteranos ou filhos de veteranos do Paraguai: Marechais Machado Bitencourt (revolucionou o Apoio Logístico em Canudos); João Nepomuceno Medeiros Mallet (criou o Estado-Maior do Exército e iniciou a Fábrica de Pólvora sem Fumaça em Piquete- SP); Cantuária (1º chefe do Estado-Maior); Argolo (fechou e extinguiu a Escola da Praia Vermelha e decretou o Regulamento de Ensino de 1905, inflexão do bacharelismo para o profissionalismo militar que até hoje se sustenta, implementado na Escola de Guerra de Porto Alegre, 1906/11).

Escola de Guerra de Porto Alegre que formou a geração que implantou o profissionalismo militar no Ensino. Nela estudou o Marechal José Pessoa. Hermes da Fonseca liderou as manobras de Santa Cruz, RJ, e promoveu a Organização de 1908 — Brigadas Estratégicas; a Arma de Engenharia e aquisição de armamento moderno Mauser, Madsen, Krupp com fábricas de munições; enviou oficiais para cursos no Exército da Prússia, de onde emergiu o grosso dos “Jovens Turcos” que fundaram a **Defesa Nacional** em 1913 e dominaram a **Missão Indígena** da Escola do Realengo (1919/21), produzindo uma elite de oficiais cuja trajetória é bem conhecida em sua luta vitoriosa na Revolução de 30 e da qual a AMAN foi um objetivo concretizado. Caetano de Farias: Campo de Instrução de Gericinó, Serviço Militar Obrigatório, extinção da Guarda Nacional, Polícias Militares como 2ª linha do Exército e envio de oficiais que combateram no Exército Aliado na 1ª Guerra e para cá transferiram doutrina — José Pessoa, Leite de Castro, etc., e criação da Aviação Militar. E outros, que atuaram complementando os primeiros com continuidade administrativa, ao ponto de ser perguntado ao Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, ao que este atribuía o seu sucesso na Pasta da Guerra respondeu: *“Devo o sucesso a ter implementado os planos deixados por meus antecessores”*.

Como soldado e historiador, não passamos recibo às manipulações históricas insistentes nos últimos anos em jornais, revistas, livros, filmes e agora em CD-ROM querendo na Mídia responsabilizar o Exército e 11 Polícias Militares e civis patriotas baianos mobilizados contra Canudos, pelos lutosos e sangrentos fatos lá ocorridos, em que muitos de seus integrantes, que lá pereceram, foram também grandes vítimas por desinformação e pela manipulação de lideranças civis que detinham o poder constitucional Federal e Estadual na Bahia. Isto já havia acontecido em 1875 na Revolta dos Muckers no Rio Grande do Sul. Tragédia semelhante talvez teria ocorrido não fora o Marechal Deodoro da Fonseca protestar como presidente do Clube Militar em 1888, contra o uso do Exército como Capitão-de-Mato na perseguição de escravos fugidos.

Vale lembrar: qualquer chefe de família, que é a Pátria amplificada, e possuir potencialmente necessidades de prover o melhor grau de segurança para dissuadir, defender e mesmo repelir possíveis agressores, tomaria as medidas preventivas de segurança adequadas e, principalmente, manter-se bem informado. Compraria o melhor armamento possível e os melhores itens de segurança preventiva. Conservaria suas armas, treinaria com elas, mudaria com frequência a munição, etc. Mas não foi isto que as lideranças brasileiras da Sociedade Civil fizeram, e deu no que deu.

Depois de Canudos, a Reforma Militar do Exército (que Canudos provocou) foi um esforço hercúleo de várias gerações para conseguir evoluir de Canudos à FEB, quando esta força expedicionária fez muito boa figura ao lutar contra (ou em aliança) frações expressivas dos melhores exércitos do mundo presentes na Europa na 2ª Guerra Mundial, após um grande salto de operacionalidade.

Esta é para nós a real projeção da fratricida Guerra de Canudos. E a responsabilidade por esta tragédia grega brasileira não é só de lideranças da Força Terrestre, mas sim, também, e principalmente política de parte das lideranças que tinham respaldo constitucional para lá terem enviado desinformadas, manipuladas e despreparadas forças do Exército e das Polícias Militares. Se quiser-se um bode expiatório é tarefa de simples verificação e raciocínio localizá-lo, mas seguramente não será só nas forças terrestres. Quem detinha poder constitucional para melhor prepará-las e empregá-las? Informação é liberdade de escolha! Fico com esta interpretação histórica, esperando seja ela confirmada, com isenção, acima das manipulações engajadas politicamente. Penso até que a responsabilidade moral e política pela tragédia seja da Sociedade Brasileira como um todo. Instituição

brasileira da época, política, econômica, social e militar que se achar isenta, por suas lideranças da época, de responsabilidade pela tragédia de Canudos que atire a primeira pedra. E isto é extensivo a lideranças da Igreja da época e não a esta como instituição. E mesmo a agentes da Mídia da época na Capital da República e em São Paulo que, sem espírito crítico, perfilharam e difundiram a tese inverídica além de exagerada e muito distorcida de que Canudos se tornara um perigoso bastião monarquista que ameaçava de morte a jovem República. E inclusive Euclides da Cunha, chamando Canudos de “nossa Vendéia”, uma reação semelhante à reação da Vendéia na França, em 1793, contra a Revolução Francesa, além de outros graves equívocos!

E ver que os conselheiristas, católicos, místicos, devocionais e fanatizados, não milenaristas e socialistas, não toleravam a Maçonaria desde a Questão Religiosa ou Episcopo-Maçônica, em que dois bispos foram presos, até ser a questão pacificada pelo Duque de Caxias em 1875. Desapreço que granjeou a República ao separar-se a Igreja do Estado, fato não absorvido pelos místicos e fanáticos conselheiristas que viam na Maçonaria, na República e no Positivismo agnóstico figuras demoníacas a serem exorcizadas e destruídas. Isto serviu de combustível anímico e moral para a reação fanática às diversas expedições. Por outro lado os soldados e civis que lá foram combater, a mando do Poder Civil legitimamente constituído, muitos o fizeram até o supremo sacrifício em defesa da República 'seriamente ameaçada'. E assim manipulados, soldados do governo e fanáticos conselheiristas, resultou a Guerra de Canudos, a maior hecatombe social brasileira. E as entidades brasileiras da Sociedade Brasileira ou Sociedade Civil da época, repetimos, envolvidas na repressão a Canudos e que se acharem, através de suas lideranças da época, isentas de culpa, que atirem a primeira pedra e deixem de procurar um bode expiatório e tirem (no aplacamento da culpa que pesa no inconsciente coletivo da Sociedade Civil de hoje), para as instituições lá envolvidas por suas lideranças, as lições que esta cruel e centenária tragédia social encerra. E mais, que se tirem da resistência armada dos conselheiristas as lições de Arte e Ciência Militar que apresentaram. Elas poderão, talvez, serem úteis um dia, no insondável 3º Milênio, na defesa dos interesses da comunidade brasileira. Pois os conselheiristas enriqueceram o patrimônio cultural militar terrestre do Povo Brasileiro com sua doutrina militar. Esta, entendida como a maneira pela qual eles se organizaram, se equiparam, se instruíram, foram motivados para a resistência e de como atuaram efetivamente e com eficácia surpreendente. O Exército absorveu e traduziu as lições colhidas na Guerra de Canudos em sua Reforma Militar, 1890-1945, conforme abordamos neste ensaio. Informação é liberdade de escolha! Deixamos a cargo da consciência da mídia, como uma espécie de direito de resposta que pleiteamos democraticamente de levar a seus leitores este posicionamento da Força Terrestre em Canudos (Exército e 11 Polícias Militares e um batalhão de civis). Que não as transformemos hoje no que a Sociedade Civil transformou Canudos na época. História é Verdade e Justiça!

Passemos ao assunto focal de nossa participação neste Seminário:

As fotos da VI Expedição a Canudos de Flávio Barros, pelo vestuário da época e referidas ao Álbum editado pelo Exército — **Canudos - Campanha Militar** (IV), comprovam a literatura. Ou a presença de militares gaúchos, que abordamos em: A 3ª Região Militar na Guerra de Canudos. In: **História da 3ª Região Militar 1889-1953**. Porto Alegre, V.2, pp.144-150, 1995. Chefes gaúchos, entre outros, o porto-alegrense Ministro da Guerra Marechal Graduado Carlos Machado Bittencourt, que lá interveio pessoalmente e solucionou a principal causa das dificuldades e fracassos das expedições, a falta de apoio logístico numa área pobre e sem recursos locais apropriáveis a grandes efetivos. Aparece o polêmico, mas audaz e valente, Gen João da Silva Barbosa, porto-alegrense, nas fotos às p. 18, 20, 47, 48 e que comandaria o 1º Contingente de Canudos que desembarcou no Rio, quando um de seus integrantes matou o Ministro da Guerra que se colocou à frente do alvo do assassino, o Presidente do Brasil Dr. Prudente José de Moraes Barros.

Existiam outros chefes aquerenciados no Rio Grande, como o da 4ª Expedição, o carioca Gen Arthur Oscar, consagrado na Guerra Civil no Sul no comando do 30º BI de Porto Alegre, o formador dos atuais 18º e 19º BI Motorizados de Sapucaia e São Leopoldo. Unidade que combateu em Canudos ao comando do valente e competente Ten Cel Antônio Tupi Ferreira Caldas, porto-alegrense morto em ação no ataque de 1º de outubro. Vimos sua foto recuperada pelo Museu do Forte de Copacabana junto

com as de outros oficiais que lá tombaram: Moreira César, Cel Tamarindo e Cel Thomaz Thompson Flores (porto-alegrense).

A p. 26 retrata integrantes do 28º BI de Rio Pardo-RS, um dos formadores do atual 11º BI de Montanha de São João d'el Rei. Unidade ao comando do Cel Donaciano Pantoja que aparece sentado apoiado na espada. 28º BI não usado em combate em razão do baixo moral decorrente de sua prisão em Rio Negro, em Bagé, em 28-11-1893 e após haver sido obrigado a combater como federalista, com o nome de Btl Ernesto Paiva. O Cel Donaciano assinara pelo governo, em Rio Negro, a Ata de Rendição sob garantia de vida. Esta foi desrespeitada pelos federalistas que degolaram a Cavalaria Civil Patriota de cerca de 300 homens recrutados em Bagé, Canguçu, Piratini e Pinheiro Machado, ao comando do Cel Patriota Manoel Pedroso que foi degolado com seus companheiros, no Brasil, por mercenários platinos ao comando do Cel mercenário uruguaio Adão Latorre. Massacre que focalizamos na **RIHGB**, v. 154, n. 378, jan./mar. 1999 pp. 55/81 sob o título 'O massacre federalista de Rio Negro em Bagé em 28/Nov 1893'. Na p. 4 aparece o 32º BI de São Gabriel que protegeu ferrovias no Sul em 1893/95.

Lá combateram integrantes do atual 1º Batalhão Ferroviário. À p. 40 aparecem oficiais do 29º BI de Pelotas que, nucleando a Divisão do Sul organizada pelo Ministro da Guerra, Gen Francisco Moura, transferira seu QG para Porto Alegre, após a derrota em Rio Negro, seguida de massacre da Cavalaria patriota civil e sítio de Bagé, e com a ameaça de conquistar o porto de Rio Grande e Porto Alegre. O 29º BI e Divisão do Sul foram comandados pelo Cel João César Sampaio, o qual, em Canudos, aparece à direita da foto, cortando um churrasco. O 29º BI foi um dos formadores do 7º RI em Santa Maria. O Cel Sampaio, biografamos em História da 3ª RM. (Cit.)

Na p.33 aparece o 31º BI de Bagé, um dos formadores do atual 9º BI Motorizado de Pelotas. Esta unidade nucleou a memorável resistência ao sítio federalista de Bagé por 47 dias, comandada por Carlos Telles, até ser socorrida pela citada Divisão do Sul. Episódio que focalizamos na RIHGB n. 381, jul./set. 1993, pp.120ss.

O 31º BI e Carlos Telles se destacaram em Canudos. Este batalhão forneceu um improvisado Esquadrão de Cavalaria de reconhecimento com infantes campeiros. Passou a prevenir emboscadas e a recolher vacuns e caprinos para alimentação, animais esparsos na caatinga. A Divisão que este batalhão integrava ao comando de Carlos Telles foi chamada pelos conselheiristas 'Divisão Talentosa'. E assim os batalhões de Infantaria gaúchos 28, 29,30, 31 e 32 fotografados por Flávio Ramos foram imortalizados na literatura brasileira por Euclides da Cunha em '**Os Sertões**':

«...Sempre na Vanguarda os batalhões gaúchos distinguiram-se extraordinariamente na luta em Canudos. Foram os primeiros que não se deixaram surpreender e os primeiros a surpreender os jagunços.» (conselheiristas, preferimos).

Isto já havíamos explorado na História da 3ª RM (cit.) o que a iconografia em tela veio a confirmar como marcante contribuição da 3ª Região Militar. Participação explicável por vir ela de três anos de sangrenta Guerra Civil no Sul, enfrentando invasões federalistas pela fronteira seca Brasil-Uruguai, depois de 23 anos de paz, e lutando também contra mercenários platinos, com maior experiência operacional adquirida em suas lutas intestinas, pós-Guerra do Paraguai. No álbum citado o Ministro do Exército traduziu a situação do Exército em Canudos, de cumpridor de ordens emanadas do poder civil legalmente constituído e, portanto, delegado da Sociedade Civil brasileira daquele tempo. Isto nos leva a concluir, num contexto de manipulações políticas e pseudo-históricas contra instituições brasileiras, onde o Exército e Polícias Militares têm sido levemente apontados como responsáveis pela grande tragédia de Canudos. Em Canudos, ao lado dos civis brasileiros conselheiristas imolados, os militares brasileiros do Exército e de 11 Polícias Militares e civis baianos mobilizados caídos em luta fratricida, foram tão vítimas como eles. E destaque-se a violência recíproca, bem como na degola. A 3ª Expedição foi barbarizada. Dos militares mortos, seus cadáveres foram profanados, por terem sido decapitados e as suas cabeças enfileiradas ao longo da estrada com os rostos voltados para o interior. Os corpos foram queimados e não sepultados catolicamente. O Cel Tamarindo foi empalado. Teria sido orientação religiosa de Conselheiro ou ele foi desobedecido e ultrapassado por sua fiel Guarda Católica? É o que julgamos haver ocorrido!

Celebrar Canudos não é o caso. Pois celebrar o quê? Comemorar sim, no sentido de memorar em conjunto o evento por pertencer a História do Brasil. Memorar em conjunto para que as atuais lideranças de instituições que lá foram envolvidas por suas lideranças da época retirem e aprendam as lições que esta grande e centenária Tragédia ou Hecatombe social brasileira encerra. E que as lições dali retiradas iluminem os responsáveis pela boa e justa condução dos problemas sociais brasileiros das cidades e dos campos.

Os conselheiristas escudados no grande general **Eco-sistema Caatinga**, do qual muito bem souberam tirar proveito militar para sua guerra de guerrilhas, honraram como combatentes e se fizeram notáveis na História Militar do Povo Brasileiro em cujos anais devem ser incluídos e estudados respeitosamente pois, em nova leitura, contribuíram, com suas soluções táticas e técnicas genuínas para enriquecer o patrimônio cultural militar terrestre brasileiro. Pois quem sabe, um dia, aos seus ensinamentos, o Exército que hoje estuda a Guerra nas Caatingas com seu Batalhão de Petrolina — PE, poderá a ela recorrer no insondável 3º Milênio, para melhor exercer a sua destinação, usando estratégias do fraco contra o forte — a guerra de guerrilhas, como um dia o fizeram os patriotas baianos e pernambucanos nas guerras holandesas, os guerrilheiros gaúchos que conduziram a guerra à gaúcha e ajudaram, em 1776, a definir o destino brasileiro do Rio Grande dos Sul, os guerrilheiros de Cabralzinho no Amapá em 1895, que asseguraram a soberania brasileira no Amapá, os guerrilheiros cearenses do gaúcho Plácido de Castro que ajudaram a definir o destino brasileiro do Acre, sem esquecer-se dos guerrilheiros do Cap Pedro Teixeira que asseguraram a soberania portuguesa no Baixo Amazonas e conquistaram para Portugal, em nome do rei comum de Espanha e Portugal, a Amazônia brasileira.

Amazônia cujo destino soberano brasileiro é um grande desafio para as atuais gerações de brasileiros, no contexto da Nova Ordem Mundial com novos conceitos de Soberania que nos querem impor.

Finalizando, meus respeitos reverenciais, como soldado e historiador, aos conselheiristas que tombaram em defesa de suas verdades e, aos hoje pouco lembrados, senão vilipendiados, soldados do Exército e Polícias Militares e mais civis baianos que tombaram cumprindo ordens de nossos tios, bisavós e avós que lideravam a Sociedade Civil em 1897 e que para lá, manipulados e enganados, os enviaram para morrer pela nossa República. E para os quais, seus netos e bisnetos que constituem hoje a Sociedade Civil Brasileira lhes negam reconhecimento e homenagens aos seus martírios. Isto talvez tomados por um sentimento de culpa no inconsciente coletivo, procurarem no Exército e Polícias Militares de 11 Estados, um responsável, ou melhor, um bode expiatório para as culpas em Canudos da Sociedade Civil a que seus avós e bisavós pertenciam então. E tudo sem ao menos, no intervalo entre a Guerra de Canudos e a atualidade, terem feito algo para minorar a grave situação social de Canudos que hoje é pior que há 100 anos, no consenso do povo e autoridades canudenses. E uma reflexão! Ontem foi Delenda Canudos! Hoje é 'delenda' a imagem do Exército e de 11 Polícias Militares em alguns meios intelectuais, enquanto o Povo acaba de atribuir ao Exército, índice de confiabilidade de 82% e que nada, mas em nada, ele lembra o Exército de Canudos, como procuramos demonstrar. "História e verdade e justiça!"

Nota: Este trabalho foi apresentado pelo autor, como Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasileiro (em seu 2º ano de existência), no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em Simpósio sobre o Centenário da Guerra de Canudos, tendo antes sido pelo autor abordado na Câmara Federal, em Simpósio sobre Canudos ali organizado onde, com apoio da Assessoria Parlamentar do Ministro do Exército e indicação desta autoridade, defendemos a participação do Exército, de 11 Polícias Militares e de batalhão civil baiano no Episódio. Abordagem da qual apresentamos alguns tópicos em Programa da Globo News sob a coordenação de Pedro Bial.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com)

